



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141423 - PI (2021/0012459-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : ANTONIO RAUEL SILVA DE LIMA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANTONIO RAUEL SILVA DE LIMA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (HC n. 0750289-20.2020.8.18.0000).

O recorrente foi condenado como incurso no art. 14, *caput*, da Lei 10.826/03 à pena de 4 anos, 3 meses e 25 dias de reclusão, em regime inicial fechado, tendo o magistrado sentenciante negado o direito ao apelo em liberdade.

Sustenta o recorrente a existência de excesso de prazo na duração da prisão, tendo em vista que estaria preso desde 14.1.2020, bem como destaca a carência de fundamentação idônea para a manutenção da segregação cautelar, porquanto estariam ausentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

O deferimento de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No tocante à alegação de excesso de prazo da custódia cautelar, constata-se que a matéria não foi apreciada pela Corte de origem. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. SENTENÇA CONDENATÓRIA. EXCESSO DE PRAZO NA CUSTÓDIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. (...) RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. A alegação concernente ao excesso de prazo na custódia não foi objeto de análise no acórdão recorrido, o que obsta o exame por este Tribunal Superior, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância.

(...)

8. Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.

(RHC 132.141/MA, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 22/09/2020, DJe 28/09/2020)

No mais, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, verifica-se, em uma análise preliminar do feito, que a manutenção da prisão do recorrente foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem com base em elementos concretos dos autos a comprovar a necessidade de garantia da ordem pública.

Destacou a Corte estadual que "o magistrado de primeiro grau denegou ao réu o direito de recorrer em liberdade, justificando, para tanto, a existência de provas do crime e indícios suficientes da autoria, aliados a presença dos requisitos insertos no art. 312 do CPP, especialmente visando a garantia da ordem pública, tendo em vista que o réu, ora paciente, responde a outras ações penais e, inclusive, possui condenação em outro processo pelo mesmo crime, o que denota a contumácia delitiva" (e-STJ fls. 103-104).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência